

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2011

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP000116/2011
DATA DE REGISTRO NO MTE: 05/01/2011
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR070744/2010
NÚMERO DO PROCESSO: 47998.009147/2010-23
DATA DO PROTOCOLO: 27/12/2010

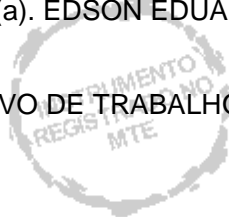
Confira a autenticidade no endereço <http://www.mte.gov.br/mediador>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE CAMPINAS (SITAC), CNPJ n. 46.070.678/0001-41, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MELQUIADES DE ARAUJO;

E

EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA, CNPJ n. 44.346.138/0023-28, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). EDSON EDUARDO TINELLI e por seu Procurador, Sr(a). GUILHERME SOARES BEZERRA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de julho de 2010 a 30 de julho de 2011 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores nas industrias de alimentacao**, com abrangência territorial em **Paulínia/SP**.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS**PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS****CLÁUSULA TERCEIRA - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

I – Considerando que o artigo 7º, XI, Constituição Federal, e a Lei nº 10.101, de 19.12.2000, dispõem sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Empresa;

II – Considerando que é intenção das partes estabelecer um acordo para atender as disposições contidas na lei supra citada;

III – Considerando os critérios estabelecidos pela Lei nº 10.101, art. 2º, prevendo a celebração do instrumento de acordo com uma comissão de empregados; e

IV – Considerando a integração dos empregados no processo de busca constante da qualidade, possibilitando o maior desempenho, atendendo aos anseios dos mesmos na participação dos resultados da Empresa.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS SOCIAIS E IMPOSTO DE RENDA

Conforme o disposto na Lei nº 10.101/2000, art. 3º, § 5º, o pagamento da verba relativa à participação nos resultados é isenta de encargos trabalhistas e previdenciários.

O imposto de Renda será tributado na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, como antecipação do imposto devido na declaração de rendimentos da pessoa física, competindo a pessoa jurídica, a responsabilidade pela sua retenção e recolhimento.

Parágrafo 1º - Tem-se como inaplicável e incabível a arguição, por quaisquer empregados, do princípio da habitualidade com referência à importância recebida em virtude deste título.

CLÁUSULA QUINTA - DA REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO

Para dar início à negociação da participação nos resultados, foi indicada uma comissão com membros representantes dos empregados, que foi constituída como segue abaixo:

- **1 membro da Fábrica – Cleber Carneiro da Silva**
- **1 membro do Setor Administrativo – Claudemir Roberto Belini**
- **1 membro do Setor Comercial- Solande Rati Oliveira**

CLÁUSULA SEXTA - ESCOPO E APLICAÇÃO DO PROGRAMA

O presente programa tem como escopo o pagamento de uma verba a título de participação nos resultados da empresa, nos moldes da Lei nº 10.101/2000 e será aplicado a todos os empregados da Evialis sem qualquer ressalva dentro das cláusulas e condições aqui previstas.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPRESENTATIVIDADE

A **Comissão** representa a totalidade dos empregados da Evialis, abrangendo tal representatividade não apenas os empregados pertencentes à categoria profissional preponderante, mas também todas as demais categorias, incluindo as diferenciadas e de profissionais liberais.

CLÁUSULA OITAVA - ELEGIBILIDADE

Participam deste acordo todos os empregados da Evialis, com exceção daqueles que tiveram o contrato de trabalho rescindido anteriormente a 01 de julho de 2010.

Parágrafo 1º - O aviso prévio indenizado não será computado como tempo de serviço para efeito desta cláusula.

Parágrafo 2º- Ficam excluídos da participação de que trata esse acordo:

- a) Temporários e
- b) Todos e quaisquer contratados ou terceiros que não integram o quadro de empregados da Evialis.

I - Os empregados admitidos, bem como aqueles que tiveram afastamento por doença ou acidente de trabalho, durante o período compreendido entre 01 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011, farão jus ao pagamento de forma proporcional à razão de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado, entendendo-se como tal a fração igual ou superior a quinze dias;

II - Nos casos de aposentadoria ou de morte, o funcionário aposentado, o representante legal de cujus, serão elegíveis ao pagamento da recompensa e esta será calculada proporcionalmente ao período efetivamente trabalhado.

III - Os empregados demitidos, durante o período compreendido entre 01 de julho de 2010 até 30 de junho de 2011, farão jus ao pagamento de forma proporcional à razão de 1/12 (um doze avos) por mês trabalho, entendendo-se como tal a fração igual ou superior a quinze dias;

CLÁUSULA NONA - PROGRAMA DE METAS

Este acordo de participação firmado entre a EMPRESA e seus EMPREGADOS é pactuado mediante o estabelecimento de objetivos a serem alcançados, considerando-se a Meta de Lucratividade e das Metas Gerenciais:

a) Meta Geral da Empresa: Definida com base no EBIT - estabelecidas para o ano de 2010/2011, previsto no orçamento oficial da EMPRESA:

EBIT = Resultado Operacional

b) Metas Gerenciais: Definidas com base em Indicadores para cada célula abaixo, para os níveis inferiores a Diretoria / Gerência e/ou equivalente e aferidas pelo Departamento de Recursos Humanos.

Metas das Equipes:

PRODUÇÃO:

Perda de Inventário. Objetivo = Zero Peso: 24%

Acidentes . Objetivo = Zero Peso: 24%

Qualidade e Serviços = máximo 11 reclamações/mes Peso: 30%

Auditoria House Keeping = 95% Peso: 22%

ADMINISTRAÇÃO

Cumprimento dos cronogramas de fechamento mensal Peso : 50%

Redução das despesas administrativas - 3% x budget Peso : 50%

COMERCIAL

Tonelagem Total Evialis do Brasil Peso : 50%

Massa de Margem total da Evialis do Brasil Peso : 50%

A Condição para o pagamento do PPR é o atingimento da meta fica estabelecida da seguinte forma:

50% meta geral da empresa (EBIT) estabelecida no orçamento oficial de 2010/2011;

50% metas da equipe.

Critério para Apuração Final do Resultado Alcançado:

O resultado final será apurado no final de Junho de 2011 comparando-se o real atingido com as metas estabelecidas.

Premiação:

Fica estabelecido que a premiação será baseada na seguinte fórmula padrão:

100% (cem por cento) do salário base percebido no mês de junho de 2.011, desconsiderando-se percentuais variáveis, como horas extras, prêmios, adicionais insalubridade/periculosidade, auxílio transporte, etc.

Parágrafo 1º: O pagamento originário de cumprimento de plano de metas a que se refere o presente acordo não se constitui em parcela da remuneração do empregado, e nem será tomado por base, para cálculo de descanso semanal remunerado, férias, abono de férias, gratificação natalina, depósitos fundiários, adicionais e demais reflexos em verbas rescisórias e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - PUBLICAÇÃO E AFERIÇÃO DAS METAS

As metas serão publicadas trimestralmente em percentual através dos quadros de

avisos na 3ª semana do mês subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DATA DE PAGAMENTO

I – O pagamento do PPR será efetuado até o último dia útil do mês de agosto do ano subsequente ao ano/exercício desenvolvido.

Parágrafo único: O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente do empregado ou através dos demais meios legais de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REVISÃO

Caso venha a ser fixada nova legislação alterando o previsto na Lei nº 10.101/2000, acordo ou dissídio coletivo, que estabeleça outros critérios e forma de pagamento mais favoráveis que o presente acordo aos trabalhadores, no que tange à participação nos lucros e resultados, fica estipulado que o empregador deverá compensar o valor pago e objeto deste acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ENCARGOS / QUITAÇÃO

Fica expressamente ajustado que o pagamento a ser efetuado aos empregados a esse título não constitui salário e nem sofrerá a incidência de contribuição previdenciária e depósito para efeito de fundo de garantia por tempo de serviço.

Parágrafo único: O valor a ser pago a título de participação nos resultados, não se incorporará aos salários dos empregados para qualquer efeito legal, nem tem o poder de aderir ao contrato de trabalho como condição benéfica.

O empregado, ao receber a participação resultante do plano de metas, dará ao empregador ampla, total e irrevogável quitação, para nada mais exigir a esse título, nos termos do artigo 905 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

Fica expressamente estipulado, que as controvérsias resultantes do presente acordo serão resolvidas com a **COMISSÃO** que o celebrou, assistida pelo **SINDICATO**, bem como eventuais divergências quanto ao alcance ou realização das metas individualmente ou do plano de metas em sua globalidade.

Parágrafo 1º Será vedada a discussão fora do âmbito da empresa, dos critérios indicadores, valores e/ou índices de medição para o atingimento das metas.

Parágrafo 2º Fica acordado o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta de

controvérsias entre as partes envolvidas neste acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - APLICABILIDADE

Os empregados, nos cargos de direção, gerência e/ou equivalente, receberão a participação nos resultados conforme plano individual de metas, fixado de comum acordo com os respectivos superiores hierárquicos. A empresa manterá arquivados todos os planos individuais de metas dos empregados nessa categoria, sempre em conformidade com a lei vigente

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

I - Fica estabelecido que, na ocorrência de um fato relevante, alheio à vontade das partes, que venha a influir significativamente nas regras deste acordo, reservar-se-á às partes o direito de convocar seus representantes para análise da repercussão no presente acordo.

MELQUIADES DE ARAUJO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE CAMPINAS (SITAC)

EDSON EDUARDO TINELLI
PROCURADOR
EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA

GUILHERME SOARES BEZERRA
PROCURADOR
EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA